

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Avenida Tiradentes, n. 40, Sala 502, Centro, Erechim-RS CEP 99700-424

CNPJ: 39.738.065/0001-74

Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de Junho de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 30/09/2025

<https://www.ffcredscd.com.br/site/politicas-cadastros-termos>

A Diretoria da FFCred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

JULIO CESAR DAL ZOTT:918191210
20
Assinado de forma digital
por JULIO CESAR DAL
ZOTT:91819121020
Dados: 2025.09.26 10:36:36
-03'00'

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.

Telefone: (54) 2106-5934

ffcredscd.com.br



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Julio Cesar Dal Zott, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2025

JULIO CESAR
DAL
ZOTT:918191210
20

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR DAL
ZOTT:91819121020
Dados: 2025.09.26
10:36:19 -03'00'

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A FFCred Sociedade de Crédito Direto S.A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria



FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 39.738.065/0001-74
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	NE	30/06/2025	PASSIVO	NE	30/06/2025
CIRCULANTE		<u>65.534</u>	CIRCULANTE		<u>52.986</u>
Disponibilidades	4	1.042	Depósitos	9	51.120
			Outros Depósitos		51.120
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		56.310	Outras obrigações	10	1.866
Aplicações em Operações Compromissadas		56.310	Cobrança e arrec. de tributos		4
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	200	Fiscais e previdenciárias		473
Vinc. A Prestação de Garantias		200	Diversas		1.389
Operações de crédito	6	3.156	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	<u>13.619</u>
Operações de crédito		3.658	Capital Social		12.000
(-) RD - TJEO Diferenciada		-16	Capital		12.000
(-)Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		-391	Reserva de Lucros		202
(-)Provisão Adicional		-95	Lucros/Prejuízos acumulados		1.417
Outros créditos	7	4.826			
Diversos		4.826			
NÃO CIRCULANTE	6	1.071			
Operações de crédito		0			
Operações de crédito		0			
(-)Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		0			
Imobilizado	8	<u>87</u>			
Outras Imobilizações de Uso		141			
(-) Depreciações Acumuladas		-54			
Intangível	8	<u>984</u>			
Outros Ativos Intangíveis		1.197			
(-) Amortizações Acumuladas		-213			
TOTAL DO ATIVO		66.605	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		66.605
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					



FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025

(em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NE	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>730</u>
Operações de crédito	13	517
Resultado com operações interfinanceiras de liquidez		213
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-148</u>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-148
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>582</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>1.204</u>
Receitas de prestação de serviços		902
Rendas de tarifas bancárias		19
Despesas de pessoal	15	-690
Outras despesas administrativas	16	-936
Despesas tributárias	17	-221
Outras Receitas Operacionais		2.131
Outras despesas operacionais		-1
RESULTADO OPERACIONAL		<u>1.786</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>1</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>1.787</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	<u>-497</u>
Provisão para imposto de renda		-362
Provisão para contribuição social		-135
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>1.290</u>
Juros sobre o capital		0
Lucro por ação		0,1433
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.

Telefone: (54) 2106-5934

ffcredscd.com.br



FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2025

(em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>1.290</u>
Outros Resultados Abrangentes	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0
Apuração de Resultado	
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>1.290</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.

Telefone: (54) 2106-5934

ffcredscd.com.br



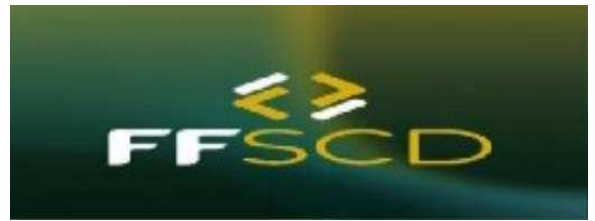
FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 39.738.065/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2024	12.000	10	192	-	-	-	12.202
1 - Ajustes Oriundos da Resolução 4966/2021	-	-	-	-	-	127	127
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	1.290	1.290
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2025	12.000	10	192	-	-	1.417	13.619
Mutações do Semestre	-	-	-	-	-	1.417	1.417
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

**FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.****CNPJ: 39.738.065/0001-74**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/06/2025
1.1 Lucro/Prejuízo do período	1.290
1.2 Ajustes por Depreciação	115
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	147
2. Variação de Ativos e Obrigações	23.599
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	23.510
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-306
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-6
2.4 Outros valores e bens	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	401
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	25.151
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-406
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-406
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	31.098
5.1 Depósitos	31.098
5.2 Empréstimos País	0
5.3 Dividendos pagos/ JCP	0
5.4 Capital Social	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	55.843
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.509
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	57.352
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**CNPJ: 39.738.065/0001-74****AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.****Telefone: (54) 2106-5934****ffcredscd.com.br**



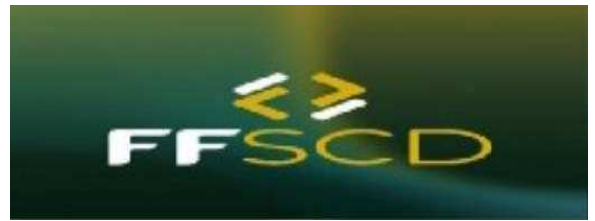
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra
forma).**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, instituição individual, constituída no dia 27 de maio de 2020, tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. Também constitui objeto desta Sociedade a emissão de moeda eletrônica e de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras. Art. 79. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.



A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 06 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

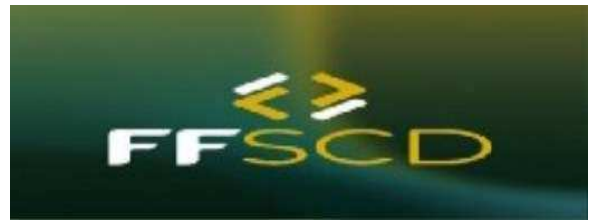
3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.



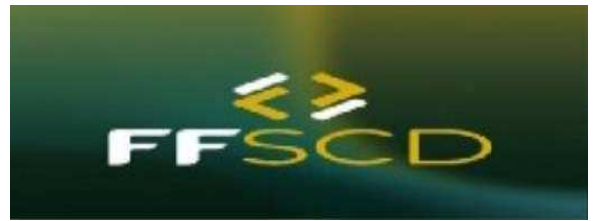
e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 do e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (Nota explicativa nº 5).



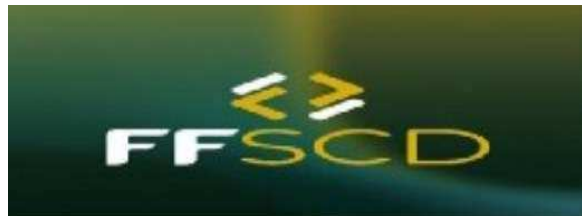
j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. DISPONIBILIDADES

Os valores aplicados no em disponibilidades seguem a seguinte composição:

	30/06/2025
	1.042
Caixa	1
Depósitos Bancários em Instituição S/ Conta Reserva	1.041



5. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:



Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

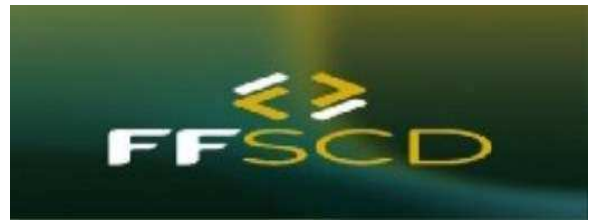
e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.



Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

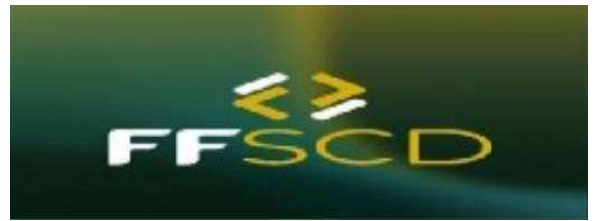
Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 39.738.065/0001-74
AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.
Telefone: (54) 2106-5934
ffcredscd.com.br



- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2025 as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por Letras Financeiras do Tesouro, e estão representados pelo montante de R\$ 56.310, classificados como “Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga”, conforme abaixo;

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30/06/2025	Classificação Contábil
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga	56.310	Custo Amortizado

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2025
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	200
Vinculadas a Prestação de Garantias	200

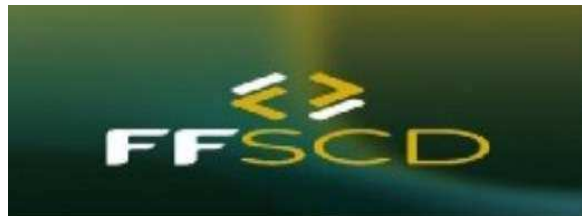


8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

30/06/2025			
Operações de Crédito	Longo		Total
	Circulante	Prazo	
Empréstimos	3.461	0	3.461
Financiamentos	197	0	197
Saldo Contratual	3.658	0	3.658
(-) RD - TJEO Diferenciada	16	0	16
(-) Receita a Apropriar	16	0	16
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	391	0	391
(-) Provisão Adicional	95	0	95
(-) Provisão de Perdas	486	0	486
Saldo Contábil Líquido	3.156	0	3.156

**Classificação Contábil****Custo Amortizado**

a) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

30/06/2025**Composição de Carteira de Operações de Crédito****3.156****Empréstimos****2977**

Capital de Giro

2.977

Financiamentos**179**

Financiamentos

179

b) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

30/06/2025**Classificação por Estágios de Risco de Crédito****3.642****Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos****3.080**

Empréstimos

2.900

Financiamentos

180

Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos**562**

Empréstimos

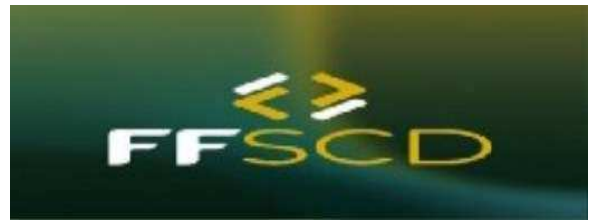
546

Financiamentos

16

c) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**CNPJ: 39.738.065/0001-74****AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.****Telefone: (54) 2106-5934****ffcredscd.com.br**



30/06/2025

Classificação por Carteiras de Provisão

3.642

Carteira C2

453

Não Problemáticos

264

De 0 a 14 dias de atraso

123

De 15 a 30 dias de atraso

67

De 31 a 60 dias de atraso

74

Problemáticos Adimplidos

4

De 0 a 90 dias de atraso

4

Problemáticos Inadimplidos

185

Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses

173

Inadimplido – Período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses

12

Carteira C4

818

Não Problemáticos

633

De 0 a 14 dias de atraso

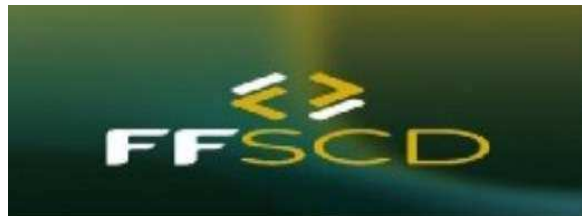
627

De 15 a 30 dias de atraso

2

De 31 a 60 dias de atraso

4

**Problemáticos Inadimplidos****185**

Inadimplido – Período menor que 1 mês	27
---------------------------------------	----

Inadimplido – Período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	12
--	----

Inadimplido – Período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	4
--	---

Inadimplido – Período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	2
--	---

Inadimplido – Período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	37
--	----

Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	1
--	---

Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	5
--	---

Inadimplido – Período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	97
--	----

Carteira C5**2.371****Não Problemáticos****2.183**

De 0 a 14 dias de atraso	2.103
--------------------------	-------

De 15 a 30 dias de atraso	34
---------------------------	----

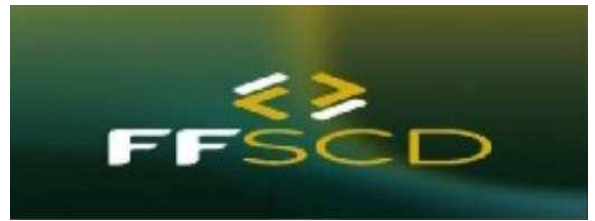
De 31 a 60 dias de atraso	34
---------------------------	----

De 61 a 90 dias de atraso	12
---------------------------	----

Problemáticos Inadimplidos**188**

Inadimplido – Período menor que 1 mês	10
---------------------------------------	----

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**CNPJ: 39.738.065/0001-74****AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.****Telefone: (54) 2106-5934****ffcredscd.com.br**

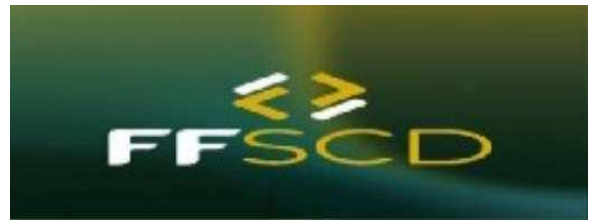


Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	11
Inadimplido – Período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	5
Inadimplido – Período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	19
Inadimplido – Período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	22
Inadimplido – Período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	18
Inadimplido – Período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	12
Inadimplido – Período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	11
Inadimplido – Período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	13
Inadimplido – Período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	7
Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	7
Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	16
Inadimplido – Período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	20
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	11
Inadimplido – Período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	6

9. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma

	<u>30/06/2025</u>
Diversos	4.826
Impostos e Contribuições a Compensar	3
Devedores Diversos	4.823



10. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O ativo permanente da instituição no valor de 366 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. e taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:

	30/06/2025
Imobilizado	87
Móveis e Equipamentos	141
(-) Depreciações Acumuladas	-54

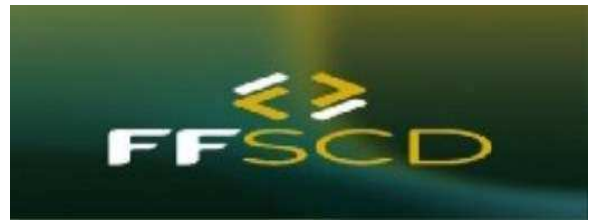
	30/06/2025
Intangível	984
Sistema de Processamento de Dados (adquiridos)	1.197
(-) Amortização	-213

11. DEPOSITOS

Se refere a registros dos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, instrução normativa BCB

Abaixo a composição dos depósitos:

	30/06/2025
Outros Depósitos	51.120
Conta de Pagamento Pré-Paga	51.120



12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

30/06/2025

Outras Obrigações	1.866
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4
Fiscais e previdenciárias	473
Diversas	1.389

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no em 30 de junho de 2025 era de R\$ 12.000.000,00, divididos em 12.000.000 ações ordinárias.

Ajustes Realizados em Operações de Créditos

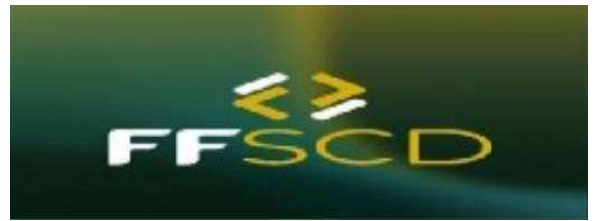
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 126.580,18 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

A empresa totalizou R\$ 1.289.789,84 de lucro acumulado ao final do presente semestre.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.



Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2024
Contas de Resultado Credoras	3.782.924,80
Contas de Resultado Devedoras	-1.996.485,62
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	1.786.439,18
(+) Adições	148.477,32
(-) Exclusões	-118.164,84
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	1.816.751,65
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-320.724,16
Lucro Tributário Real	1.496.027,49
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	-362.006,87
Contribuição Social- 9%	-134.642,47

15. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das Receitas de Operações de Crédito:

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2025</u>
	<u>517</u>
Rendas de Empréstimos	477
Rendas de Financiamentos	40

16. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição das Receitas com Operações de Títulos e Valores Mobiliários:



01/01 a
30/06/2025

Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	<u>213</u>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	213

17. DESPESA DE PESSOAL

Abaixo a composição das Despesas de Pessoal:

01/01 a
30/06/2025

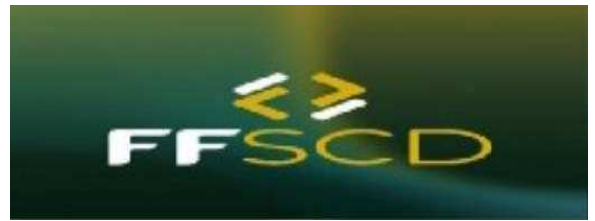
Despesas de Pessoal	690
Honorários	175
Benefícios	46
Encargos Sociais	124
Proventos	341
Treinamento	4

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Outras Despesas Administrativas:

01/01 a
30/06/2025

Despesas Administrativas	936
Água, energia e gás	4
Aluguéis	15
Processamento de dados	209
Materiais	48
Propaganda e Publicidade	31
Despesas do Sistema Financeiro	46
Despesas de Serviços de Terceiros	45



Despesas de Serviços Técnicos Especializados	373
Despesas de Amortizações	105
Despesas de Depreciação	10
Outras Despesas Administrativas	50

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das Despesas Tributárias:

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2025</u>
Despesas Tributárias	221
Tributos e Taxas Municipais	45
Tributos e Taxas Federais	2
PIS/Cofins	174

20. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição,

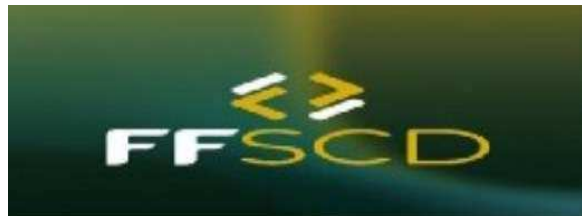
FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

AV. SETE DE SETEMBRO, 483. SALA 05 D. CENTRO. ERECHIM/RS. CEP: 99.700-084.

Telefone: (54) 2106-5934

ffcredscd.com.br



devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

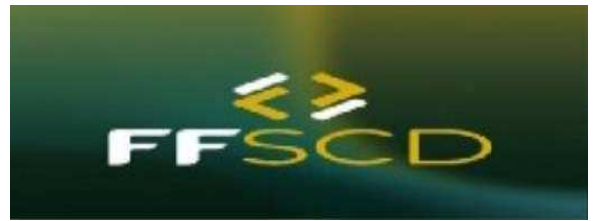
RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: <https://www.ffcrescd.com.br/site/ouvidoria>



21. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

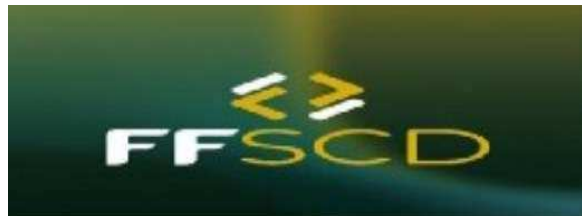
A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 86,32% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de maio de 2025 em R\$ 12.462.525,23.

22. ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021, que determina os parâmetros para: Classificação, mensuração, divulgação, reconhecimentos e baixa dos instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. Adicionalmente, trazem o detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas a instrumentos financeiros em notas explicativas, a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Resolução 4.966, dispensa a apresentação comparativa nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 em relação aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional -CMN.

A Financeira concluiu que a transição para a Resolução 4.966 resultou em um ajuste no patrimônio de R\$ 126.580,18, líquido dos efeitos tributários.



23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da FFCRED, em 06 agosto 2025.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Erechim- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, em 30 de junho de 2025, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme

previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VICENTE
MICHELON:26
690608034

Assinado de forma
digital por VICENTE
MICHELON:266906
08034

Porto Alegre, 23 de setembro de 2025.

Vicente Michelon

CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626